2º Simulado Especial

PM CE

Soldado - Pós-Edital

Simulado

2° Simulado Especial PM-CE (Soldado)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

*1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Soldado** do **PM-CE**;*

2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;

3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;

*4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/qNwZF54rWnBmVujs5

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	61 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	81 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	62 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	82 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	63 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	83 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	64 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	84 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	65 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	85 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	66 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	86 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	67 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	87 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	68 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	88 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	69 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	89 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	70 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	90 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	71 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	91 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	72 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	92 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	73 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	93 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	74 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	94 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	75 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	95 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	76 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	96 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	77 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	97 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	78 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	98 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	79 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	99 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	80 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	100 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

https://coruja.page.link/mkX3

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

Texto para responder as questões de 1 a 12

Nas primeiras horas da manhã desta segunda-feira (2), a Polícia Civil do Estado do Ceará (PCCE) deflagrou a terceira fase da "Operação Nocaute", que visa retirar de circulação integrantes de grupos criminosos envolvidos em crimes de ameaças no bairro Quintino Cunha, local pertencente à Área Integrada de Segurança 6 (AIS 6) de Fortaleza. Ao todo, 11 decisões judiciais foram cumpridos. Ainda durante a operação, uma pessoa foi presa em flagrante. Arma de fogo, munições, rádios comunicadores também foram apreendidos, além de contas bancárias bloqueadas.

Com as decisões judiciais em mãos, os policiais civis da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco) saíram em campo para prender indivíduos envolvidos em ações criminosas registradas no bairro pertencente à AIS 6. Os investigadores conseguiram retirar de circulação nove indivíduos, todos eles com mandados de prisão e de busca e apreensão em aberto por integrar organização criminosa. Outros dois mandados foram cumpridos contra alvos que já se encontravam recolhidos.

A operação é uma continuidade de uma ação da PCCE deflagrada nos dias 22 e 23 de abril deste ano. Com as prisões de hoje (02), já são 46 capturadas nas três fases. Os suspeitos, que foram presos mediante cumprimento de mandado de prisão preventiva, foram localizados em diversos bairros de Fortaleza.

Desde que as ações criminosas de ataques a provedores de internet foram registradas, em fevereiro deste ano, as Forças de Segurança do Estado seguem realizando operações e prendendo indivíduos envolvidos nestes crimes. Com as prisões de hoje, sobe para 57 o número de indivíduos retirados de circulação. As ofensivas policiais integradas fazem parte do programa Ceará Contra o Crime do Governo do Ceará.

Adaptado de: https://www.policiacivil.ce.gov.br/

1. Com base no texto, qual é o total de indivíduos retirados de circulação após a terceira fase da Operação Nocaute?

a) 9

b) 11

c) 46

d) 57

e) 2

2. Assinale o termo que melhor substitui "deflagrou" sem alterar o sentido no trecho "a Polícia Civil deflagrou a terceira fase…":

a) desencadeou

b) encerrou

c) prolongou

d) suprimiu

e) anulou

3. Em "Operação Nocaute, que visa retirar de circulação integrantes…", a oração introduzida por "que" classifica-se como:

a) substantiva subjetiva.

b) substantiva objetiva direta.

c) adjetiva explicativa.

d) adjetiva restritiva.

e) adverbial final.

4. No trecho "*11 decisões judiciais foram cumpridos*", há erro de concordância. Assinale a alternativa que traz a natureza do erro e a forma correta:

a) Concordância verbal; "foram cumpridos" → "foi cumprido".

b) Concordância verbal; "foram cumpridos" → "foram cumpridas".

c) Concordância nominal; "cumpridos" → "cumpridas".

d) Regência verbal; falta preposição em "cumpridos".

e) Colocação pronominal; "foram-se cumpridos".

5. Em *"Com as decisões judiciais em mãos, os policiais saíram em campo…"*, o segmento sublinhado exerce a função de:

a) adjunto adverbial de causa.
b) de modo.
c) de condição.
d) de instrumento.
e) de concessão.

6. No trecho "alvos que já se encontravam recolhidos", o "se" indica:

a) voz passiva sintética.
b) reflexividade.
c) índice de indeterminação do sujeito.
d) partícula expletiva.
e) ênclise.

7. Assinale a transformação correta para voz ativa da frase "*Uma pessoa foi presa em flagrante*."

a) Prendeu-se uma pessoa em flagrante.
b) A polícia civil prendeu uma pessoa em flagrante.
c) Uma pessoa prendeu em flagrante.
d) Prendeu uma pessoa a polícia em flagrante.
e) Em flagrante foi presa uma pessoa.

8. Em "prendendo indivíduos envolvidos nestes crimes", o termo "estes crimes" refere-se a:

a) ameaças no Quintino Cunha.
b) danos ao patrimônio público.
c) ataques a provedores de internet.
d) tráfico de entorpecentes.
e) grupos criminosos organizados.

9. O texto-base, produzido pela Polícia Civil, enquadra-se como:

a) crônica.
b) resenha crítica.
c) comunicado oficial.
d) artigo de opinião.
e) editorial.

10. Na enumeração "Arma de fogo, munições, rádios comunicadores também foram apreendidos…", a omissão de conjunção aditiva e uso de vírgulas caracteriza:

a) elipse.
b) pleonasmo estilístico.
c) silepse.
d) hipérbato.
e) zeugma.

11. A principal finalidade do trecho final do texto consiste em:

a) Indicar o financiamento da operação pelo governo federal.
b) Justificar institucionalmente a continuidade das ações policiais.
c) Anunciar novas fases futuras da Operação Nocaute.
d) Criticar a política de segurança adotada.
e) Comparar diferentes programas de combate ao crime.

12. No fragmento "*Com as decisões judiciais em mãos, os policiais civis […] saíram em campo…*", o sintagma "decisões judiciais" retoma, no contexto:

a) Mandados de prisão e de busca e apreensão.
b) Apreensões de armas e munições.
c) Fases anteriores da Operação Nocaute.
d) Bloqueio de contas bancárias.
e) Prisões em flagrante.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

13. Clodoaldo viajou com seu carro de Fortaleza a Juazeiro do Norte. Saiu de Fortaleza, dirigiu durante 3 horas e 45 minutos e parou por 35 minutos para almoçar. Em seguida, dirigiu diretamente para Juazeiro do Norte, tendo realizado o percurso total em 7 horas e 30 minutos.

A duração da segunda parte da viagem foi de:

a) 2h50min

b) 2h55min

c) 3h05min

d) 3h10min

e) 3h20min

14. Considere a seguinte sequência infinita:

3, 4, 6, 10, 18, 34, 66, ...

Mantida a lei de formação, o décimo termo dessa sequência é:

a) 512

b) 514

c) 516

d) 518

e) 520

15. Cinco amigos praticam cada um deles uma única atividade física. Sabe-se que:

- Armando e Jânio não praticam natação.
- Michel e Felício não praticam basquete nem atletismo.
- Diego não pratica hipismo nem esgrima.
- Armando não pratica basquete.
- Diego não pratica basquete nem atletismo.
- Felício não pratica esgrima.

Nessas condições, é correto afirmar que:

a) Armando pratica atletismo.

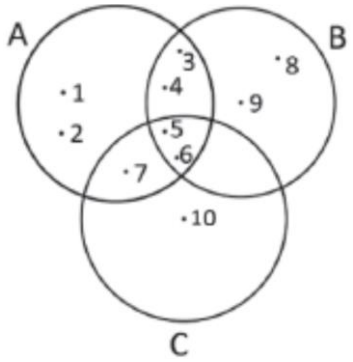
b) Diego pratica hipismo.

c) Felício pratica natação.

d) Jânio pratica esgrima.

e) Michel pratica basquete.

16. Considere que, em uma repartição com 10 servidores, alguns servidores usam óculos, relógio ou chapéu. O diagrama a seguir representa esses 10 servidores, numerados de 1 a 10.



Considere que o conjunto A corresponde aos servidores que usam óculos, que o conjunto B corresponde aos servidores que usam relógio, e que o conjunto C corresponde aos servidores que usam chapéu. Nesse caso, o número de servidores que usam óculos e relógio, ou usam chapéu sem usar relógio, é:

a) 7

b) 6

c) 5

d) 4

e) 2

17. Um criador de peixes comprou ração suficiente para alimentar 60 peixes por um período de 40 dias. Se o criador tivesse mais 15 peixes, a quantidade de ração seria suficiente para um período de dias igual a

a) 28.

b) 32.

c) 34.

d) 36.

e) 45.

18. Na figura a seguir, cada ponto representa uma cidade do Estado do Ceará e cada linha representa uma rodovia ligando as duas cidades.

O governador do Ceará fez uma viagem partindo da cidade A e finalizando na mesma cidade A, passando uma única vez por cada uma das outras cidades representadas.

O número de rodovias pelas quais o governador não passou é:

a) 4

b) 5

c) 6

d) 7

e) 8

19. Os cinco primeiros colocados do último concurso para soldado da PM CE foram Armando, Bóris, Cleiton, Dênis e Eduardo. Sabe-se que:

- Cleiton ficou na posição intermediária entre Armando e Bóris.
- Dênis ficou à frente de Bóris, enquanto Eduardo ficou imediatamente atrás de Cleiton.
- Armando ficou em primeiro lugar e Bóris ficou em quinto lugar.

De acordo com as afirmações, pode-se concluir que:

a) Eduardo ficou em segundo lugar.

b) Eduardo ficou em terceiro lugar.

c) Dênis ficou em quarto lugar.

d) Dênis ficou em segundo lugar.

e) Cleiton ficou em segundo lugar.

20. Quatro crianças têm 5, 7, 9 e 11 doces cada uma. A respeito da quantidade de doces que cada uma tem, elas afirmaram:

- Armando: Eu tenho 5 doces.
- Breno: Eu tenho 11 doces.
- Caio: Armando tem 9 doces.
- Diego: Eu tenho 9 doces.

Se apenas uma delas mentiu, tendo as outras dito a verdade, então é correto concluir que a soma do número de doces de Armando, Breno e Caio é igual a

a) 21

b) 22

c) 23

d) 25

e) 27

21. No mês da Black Friday, uma loja resolveu dar um desconto de 30% sobre todos os produtos vendidos. Durante essa promoção, uma toalha passou a ser vendida por R$ 73,50. O valor, em reais, do desconto oferecido na compra dessa toalha foi de:

a) 105,00.

b) 95,55.

c) 48,00.

d) 31,50.

e) 22,05.

22. Observe a sequência de figuras a seguir:

A próxima figura da sequência é:

a)

b)

c)

d)

e)

ATUALIDADES

Leandro Signori

23. Em abril de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem vetos, a chamada Lei da Reciprocidade, aprovada pelo Congresso Nacional como resposta a medidas protecionistas de outros países, especialmente às tarifações elevadas impostas pelos Estados Unidos sob a liderança de Donald Trump. A lei permite ao Brasil aplicar sanções comerciais — como sobretaxas, suspensão de concessões ou desrespeito às regras de propriedade intelectual — contra nações que adotem barreiras comerciais unilaterais e discriminatórias.

Sobre esse tema e o contexto das relações comerciais do Brasil, assinale a alternativa correta:

a) Dentre as tarifas de importação impostas pelos EUA, o Brasil recebeu a menor alíquota geral, de 10%, exceto para o aço e o alumínio, que continuam com tarifa de 25%.

b) O texto da lei foi aprovado no Congresso com resistência da base oposicionista e vetado parcialmente por Lula, que alegou conflito com normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

c) Atualmente, o Brasil adota tarifas específicas contra poucos países, agindo contra uma regra da OMC, que proíbe tarifar um membro do bloco.

d) A chamada Lei da Retaliação autoriza a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a adotar sanções comerciais quando produtos brasileiros forem barrados no exterior.

e) A medida prevê que apenas o Congresso Nacional poderá determinar retaliações comerciais, sem envolvimento do Poder Executivo.

24. O governo federal apresentou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, visando a reformular a gestão do setor no Brasil. A proposta busca conferir status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), criado em 2018, ampliando as competências da União na formulação de políticas nacionais e no combate ao crime organizado.

Entretanto, a PEC enfrenta críticas de entidades representativas das polícias estaduais e federais, que a consideram "inadequada e desnecessária".

Sobre o tema em questão, os desafios e o contexto atual da segurança pública no brasil, julgue a afirmativa incorreta:

a) A PEC inclui as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública do artigo 144 da Constituição Federal.

b) Um dos pontos positivos da medida é que o efeito da integração dos bancos de dados das polícias é imediato.

c) Especialistas em segurança pública consideram positiva a intenção da PEC da Segurança Pública, mas destacam com preocupação a má formação policial no Brasil.

d) Pela proposta, a Polícia Rodoviária Federal passará a se chamar Polícia Viária Federal, pois, além de rodovias, ficará responsável pelo patrulhamento ostensivo em hidrovias e ferrovias.

e) A maior parcela dos investimentos em segurança pública no Brasil é feita pelos estados e municípios, e não pela União.

25. *Motoboys que trabalham para aplicativos fizeram greve em ao menos 18 capitais.*

Trabalhadores denunciam que, apesar do aumento nos custos com combustível, manutenção da moto e alimentação, os valores repassados pelas plataformas permanecem inalterados.

Brasil de Fato, 2 de abril de 2025. Acesso em: 3 maio 2025. Com adaptações. Disponível em https://encurtador.com.br/0t3Fx.

Sobre o protesto e o mercado dos trabalhadores de entregas por aplicativos no Brasil, assinale a alternativa incorreta:

a) O crescimento desse tipo de trabalho está diretamente relacionado ao avanço da economia digital e ao aumento da demanda por entregas, especialmente durante a pandemia da covid-19.

b) O modelo de trabalho por aplicativo é considerado parte da chamada *gig economy*, na qual a renda depende da quantidade de tarefas realizadas e não de um salário fixo.

c) A paralisação teve como principal reivindicação o reajuste dos valores pagos por corrida, diante da alta nos custos operacionais.

d) Uma das denúncias feitas por esses trabalhadores é a alta letalidade da profissão, com a crescente morte de profissionais no trânsito.

e) A informalidade no trabalho por plataformas digitais não se caracteriza como uma das principais causas da vulnerabilidade social dos entregadores.

26. A Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) é um dos eventos literários mais importantes do Brasil e da América Latina. Realizada anualmente na cidade histórica de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, reúne escritores, intelectuais, artistas e o público em geral para celebrar a literatura em suas diversas formas.

No ano de 2025, a Festa vai homenagear o escritor:

a) Mário de Andrade.

b) Lima Barreto.

c) Euclides da Cunha.

d) João do Rio.

e) Paulo Leminski.

27. Crise de saúde mental: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos.

O Brasil enfrenta uma crise de saúde mental com reflexos diretos no mercado de trabalho: em 2024, quase 500 mil pessoas se afastaram do trabalho por motivos relacionados à saúde mental, o maior número em uma década, segundo dados do Ministério da Previdência Social.

G1, 10 de março de 2025. Acesso em: 2 abr. 2025. Com adaptações. Disponível em: https://encurtador.com.br/d5yQj.

A respeito desse estudo e de acontecimentos recentes sobre a sociedade brasileira, assinale a alternativa correta:

a) O consumo de antidepressivos e ansiolíticos no Brasil manteve-se estável na última década, sem variações relevantes.

b) A pandemia de covid-19 já não causa mais consequências nos problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão.

c) Fatores psicossociais no ambiente de trabalho, como sobrecarga e falta de suporte, estão associados ao aumento de transtornos mentais entre trabalhadores brasileiros.

d) As classes sociais mais altas no Brasil são as mais afetadas por transtornos depressivos.

e) A ansiedade, transtorno mais comum de saúde mental, afeta principalmente os homens.

28. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), organizada pela ONU, adotou como mascote uma figura emblemática do folclore brasileiro: o Curupira. Essa escolha simboliza a conexão entre a cultura nacional e a proteção ambiental.

A respeito da escolha do Curupira e da COP30, assinale a alternativa correta:

a) O Curupira é tradicionalmente representado como um ser com cabelos vermelhos e pés virados para trás, característica que utiliza para proteger as florestas dos invasores.

b) A escolha do Curupira como mascote da COP30 ocorreu devido à sua associação direta com a fauna aquática brasileira, simbolizando a importância da preservação dos recursos hídricos.

c) O Curupira é uma entidade mitológica de origem africana, incorporada ao folclore brasileiro durante o período colonial.

d) A escolha de Belém para sediar a COP30, em novembro de 2025, destaca o papel da Amazônia como fronteira agrícola em expansão e sua importância para a segurança alimentar global.

e) A COP30 marca o primeiro envolvimento direto do Brasil em negociações multilaterais sobre o clima, sendo a sua estreia como país anfitrião em conferências ambientais promovidas pela ONU.

HISTÓRIA DO CEARÁ

Sérgio Henrique

29. A colonização portuguesa na Capitania do Siara Grande enfrentou desafios que moldaram seu desenvolvimento inicial. Qual das alternativas a seguir melhor sintetiza as principais dificuldades e suas consequências para a ocupação e economia da região?

a) A Capitania do Siara Grande prosperou rapidamente devido aos investimentos de seu donatário, Antônio Cardoso de Barros, e à adaptação imediata da cana-de-açúcar ao clima local, o que garantiu a rápida expulsão de estrangeiros.

b) A colonização foi impulsionada principalmente pela busca de metais preciosos, o que levou à rápida ocupação do interior e à pacificação dos povos indígenas, que colaboraram com os colonizadores.

c) A ausência de investimentos do donatário, a descrença nas condições climáticas para a cana-de-açúcar e a forte resistência indígena foram fatores cruciais que retardaram o povoamento efetivo e a exploração econômica, direcionando a economia para a pecuária no interior.

d) A principal estratégia portuguesa foi a construção de grandes engenhos de açúcar no litoral, o que garantiu a rápida expulsão dos holandeses e a submissão dos nativos, facilitando a expansão territorial.

e) A colonização do Ceará foi facilitada pela aliança entre portugueses e diversas tribos indígenas, que colaboraram na expulsão de estrangeiros e no desenvolvimento da agricultura de subsistência.

30. Qual das alternativas descreve corretamente a evolução da capital cearense e os motivos que levaram à sua mudança?

a) Fortaleza foi a capital desde o início da colonização, devido à sua localização estratégica para a produção de açúcar e à forte presença militar portuguesa, que garantiu seu rápido desenvolvimento.

b) Aquiraz, reconhecida como a primeira vila e capital, perdeu seu status para Fortaleza em 1726, principalmente por esta última estar mais integrada aos sistemas hidrográficos centrais e aos caminhos da economia da Capitania.

c) A primeira capital do Ceará foi o Forte de São Tiago da Nova Lisboa, que se desenvolveu rapidamente devido à exploração de prata e à pacificação dos indígenas, tornando-se um polo econômico.

d) A transição da capital de Aquiraz para Fortaleza em 1726 ocorreu porque Fortaleza, apesar de sua importância atual, inicialmente não despertava grande interesse do Reino por estar distante dos sistemas hidrográficos centrais e dos caminhos econômicos, mas sua localização estratégica para defesa militar, simbolizada pelo Forte Schoonenborch, prevaleceu.

e) A mudança da capital para Fortaleza foi uma imposição holandesa, que visava centralizar o comércio de charque e algodão na região do Forte Schoonenborch, após a União Ibérica.

31. O conceito de Indústria da Seca e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) são temas cruciais na história republicana do Ceará. Qual das alternativas melhor descreve a relação entre esses dois elementos e o seu contexto?

a) A Indústria da Seca foi uma prática de corrupção e manipulação política que a SUDENE, desde sua criação, conseguiu erradicar completamente, promovendo um desenvolvimento equitativo e sem desvios no Nordeste.

b) A SUDENE foi criada como uma autarquia federal para combater as desigualdades regionais e os problemas da seca, mas, apesar de sua proposta inovadora e flexível, foi instrumentalizada por oligarquias regionais e alvo de denúncias de corrupção, perpetuando algumas das práticas da Indústria da Seca.

c) A Indústria da Seca foi um fenômeno exclusivo do período pré-SUDENE, e a criação da superintendência marcou o fim definitivo do clientelismo e do patrimonialismo na região, inaugurando uma era de transparência.

d) Juscelino Kubitschek criou a SUDENE como parte de seu Plano de Metas para industrializar o Nordeste, mas a Indústria da Seca foi uma invenção da oposição para desacreditar seu governo e suas iniciativas.

e) A SUDENE foi uma iniciativa das oligarquias nordestinas para perpetuar a Indústria da Seca, utilizando os recursos federais para seus próprios interesses sem qualquer objetivo de desenvolvimento regional ou social.

32. O Triunvirato Cearense, composto por César Cals, Virgílio Távora e Adauto Bezerra, dominou a política do Ceará durante o regime militar, representando uma fase do Novo Coronelismo. Qual das alternativas melhor explica os fatores que contribuíram para a decadência desse modelo político e a ascensão de novas forças no estado?

a) A decadência do Triunvirato Cearense foi resultado direto da forte oposição militar ao coronelismo, que via essa prática como um obstáculo à modernização do Estado e à centralização do poder.

b) A aliança dos três coronéis se dissolveu devido a divergências políticas internas, somadas à abertura política e ao crescimento do poder dos trabalhadores do campo e da cidade, que desfavoreceram a influência dos chefes locais e suas práticas oligárquicas.

c) A ascensão de Tasso Jereissati ao governo do Ceará foi o único fator responsável pelo fim do coronelismo, pois ele implementou políticas que erradicaram completamente as práticas oligárquicas e o clientelismo.

d) O Novo Coronelismo no Ceará foi enfraquecido pela proibição de cargos públicos para militares e pela implementação de uma reforma agrária que eliminou o latifúndio, base do poder dos coronéis.

e) A vitória de Maria Luiza Fontenele na prefeitura de Fortaleza foi irrelevante para a decadência do coronelismo, que só foi efetivamente superado com a criação da ADENE e a privatização de empresas estatais.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fabiano Pereira

33. Indique a alternativa que apresenta entidades de personalidade jurídica de direito privado, instituídas por autorização de lei, que exercem atividades econômicas e estão sujeitas à supervisão estatal.

a) autarquia e fundação;

b) sociedade de economia mista e fundação;

c) fundação e empresa pública;

d) empresa pública e sociedade de economia mista;

e) autarquia e empresa pública.

34. As agências reguladoras, entidades de direito público interno com a missão de supervisionar e normatizar a atuação de setores específicos da economia nacional, são estabelecidas por meio do procedimento de:

a) concessão.

b) descentralização.

c) desconcentração.

d) autorização.

e) permissão.

Gabarito: B

Comentário:

As agências reguladoras nada mais são do que autarquias em regime especial. Como as autarquias são entidades dotadas de personalidade jurídica própria e que compõem a administração indireta, é possível concluir que estas são originárias do processo de descentralização administrativa.

35. Em um órgão público, a Administração realiza a remoção de servidores com o objetivo de balancear a distribuição de trabalho entre suas unidades, observando a necessidade de pessoal e o interesse coletivo. Porém, um gestor desvia essa finalidade ao usar a remoção como forma de punição a um servidor por supostas irregularidades ou desempenho insatisfatório.

Mesmo existindo efetiva necessidade de reforço na unidade de destino, o ato foi motivado por razões pessoais, infringindo o princípio que determina que a Administração atue com imparcialidade e em conformidade com as finalidades legais, sem deixar-se guiar por interesses particulares.

Com base nesse cenário, o princípio da Administração Pública violado foi o da:

a) eficiência.

b) legalidade.

c) moralidade.

d) impessoalidade.

e) publicidade.

36. A Lei nº 8.429/1992 regula as sanções decorrentes da prática de atos de improbidade administrativa. Considerando o que estabelece essa norma, assinale a alternativa **incorreta** quanto às penalidades previstas:

a) Na responsabilização da pessoa jurídica, devem ser avaliados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a continuidade de suas atividades.

b) As penalidades somente podem ser aplicadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

c) A proibição de contratar com o poder público deve ser inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

d) Em casos de ofensa de menor gravidade aos bens jurídicos tutelados pela lei, a sanção se limitará à multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for cabível.

e) Se houver lesão ao patrimônio público, a reparação não pode considerar deduções por ressarcimentos já obtidos em instâncias criminal, civil ou administrativa relativas aos mesmos fatos, devendo cada processo tramitar de forma autônoma.

37. Conforme a Constituição Federal, a prestação de serviço público por particular:

a) é proibida em todas as circunstâncias.

b) só é admitida quando se tratar de serviço não essencial, sujeito à cobrança de tarifa.

c) somente é possível para serviços cuja titularidade não seja exclusiva do Estado.

d) é vedada, salvo se houver autorização legislativa específica.

e) é autorizada por lei, mediante concessão ou permissão, sempre precedida de licitação.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

38. A respeito da ética na Administração Pública, é correto afirmar que:

a) a ética do servidor público limita-se ao cumprimento das leis e regulamentos internos, não se estendendo à sua vida privada.

b) os valores éticos no serviço público são definidos exclusivamente por códigos profissionais e não admitem interpretação conforme o contexto social.

c) o servidor público deve buscar sempre a decisão mais vantajosa ao interesse institucional, ainda que em conflito com o bem comum.

d) a conduta ética no serviço público deve considerar o alinhamento entre legalidade e finalidade, com vistas à promoção do interesse coletivo.

e) princípios como honestidade e moralidade são facultativos, pois não possuem o mesmo peso das normas legais.

39. Em relação às regras que orientam a conduta dos servidores públicos, assinale a alternativa correta:

a) Regras imperativas são aquelas que estabelecem valores desejáveis, mas não obrigatórios.

b) Regras constitutivas são normas de conduta com força legal, previstas em leis e códigos disciplinares.

c) As regras constitutivas não possuem função prática na Administração Pública, sendo apenas decorativas.

d) As regras imperativas impõem condutas obrigatórias, enquanto as constitutivas estruturam formas legítimas de atuação.

e) Nenhuma regra ética pode ser imposta sem que haja expressa previsão legal.

40. Sobre a relação entre ética e cidadania no contexto da Administração Pública, é correto afirmar que:

a) A cidadania é um conceito exclusivamente jurídico, limitado aos direitos civis e políticos.

b) A ética contribui para a efetivação da cidadania plena, promovendo justiça e inclusão social.

c) A cidadania deve ser entendida como o direito de reivindicar vantagens individuais frente ao Estado.

d) A ética restringe o exercício da cidadania por impor limites morais à participação popular.

e) Princípios éticos não têm relação com a construção de uma sociedade democrática.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

41. Em uma pequena cidade do interior, Júlia foi detida pela polícia local sob suspeita de participação em manifestações que resultaram em danos ao patrimônio público. Durante a detenção, ela foi mantida incomunicável por 48 horas e não teve acesso a um advogado. Além disso, os policiais acessaram o celular de Júlia extraindo dados telemáticos das comunicações enviadas e recebidas pelo aparelho apreendido sem ordem judicial.

O caso gerou ampla repercussão e foi levado ao Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu a questão à luz do artigo 5º, enfatizando a importância dos direitos e garantias fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro.

Com base nesse cenário, analise as afirmativas a seguir:

a) O STF reafirmou que a incomunicabilidade do preso pode ser admitida em circunstâncias excepcionais, visando à proteção da ordem pública.

b) A Constituição Federal assegura o direito à integridade física e moral dos presos, mas não proíbe a incomunicabilidade em suas disposições.

c) A interceptação de comunicações pessoais, com a extração de dados sem ordem judicial viola a Constituição Federal.

d) O direito à assistência de um advogado é garantido apenas durante o processo judicial, não se aplicando ao período de investigação policial.

e) A prisão de Júlia é compatível com a Constituição, desde que ocorra uma audiência de custódia para verificar a legalidade do ato.

42. Acerca do Direito de Associação, assinale a alternativa correta:

a) Excetuando-se a associação de caráter paramilitar, é plena a liberdade de quaisquer associações;

b) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

c) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

d) Ao associar-se, o indivíduo deverá cumprir um tempo mínimo de afiliação, para se retirar da associação.

e) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização.

43. Sérgio é policial militar há 17 anos em serviço ativo, tem 33 anos e pretende concorrer ao pleito de deputado estadual em seu estado nas próximas eleições. Diante das regras envolvendo a candidatura de militares, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta:

a) Sérgio possui idade mínima para concorrer ao cargo de deputado estadual, mas deverá afastar-se da atividade.

b) Sérgio possui idade mínima para concorrer ao cargo de deputado estadual, mas deverá filiar-se a partido político.

c) Sérgio não poderá se candidatar porque não possui idade mínima para concorrer ao cargo de deputado estadual que é de 35 anos.

d) Sérgio é inelegível por ser militar.

e) Sérgio possui idade mínima para concorrer ao cargo de deputado estadual, ficará agregado pela autoridade superior e, se eleito, de forma automática vai para a inatividade, no ato da diplomação.

44. A forma de Estado adotada pelo Brasil é a federativa, que reconhece a autonomia de cada entidade integrante. Quanto à organização político-administrativa do Estado, é correto afirmar que:

a) É vedada, segundo a Constituição de 1988, a incorporação de um Estado por outro.

b) A criação de um município depende de ato da Câmara dos Deputados, após plebiscito dos vereadores.

c) A União, estados e municípios poderão recusar fé nos documentos públicos.

d) É vedado ao município subvencionar cultos religiosos, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

e) Os territórios integram os Estados, e sua criação, transformação em município ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

45. Assinale a alternativa correta quanto às atribuições do Congresso Nacional:

a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados fiscalizar os atos do poder executivo da administração direta e indireta.

b) Compete ao Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República, o exercício do controle externo dos atos administrativos de concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão.

c) Compete ao Congresso Nacional estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados.

d) É competência do Senado Federal suspender a execução de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

e) A concessão de anistia, indulto e comutação de penas é de competência do Congresso Nacional, mediante lei sancionada pelo presidente da República.

46. Com referência à organização dos poderes assinale a opção correta:

a) É possível a extinção de órgãos públicos por meio de decreto do presidente da República na hipótese de redução de despesa para a União.

b) É competência privativa do presidente da República referendar tratados, convenções e atos internacionais.

c) É competência privativa do presidente da República declarar guerra, independentemente de manifestação do Congresso Nacional.

d) O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a atribuição de prover cargos públicos federais, na forma da lei.

e) O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a atribuição de decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

47. De acordo com o Art. 87 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre os Ministros de Estado:

a) Os Ministros de Estado podem ser escolhidos entre brasileiros maiores de 18 anos e no pleno gozo dos direitos civis.

b) É competência exclusiva dos Ministros de Estado a assinatura de decretos e atos administrativos.

c) Compete ao Ministro de Estado expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.

d) O Ministro de Estado não precisa apresentar relatório anual de sua gestão ao Presidente da República.

e) O Ministro de Estado pode exercer suas funções sem necessidade de referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República.

48. Caio, estudante de Direito, questionou a sua professora de Direito Constitucional a respeito das prerrogativas asseguradas aos magistrados. A professora respondeu corretamente que:

a) A inamovibilidade pode ser excepcionada no caso de relevante interesse público e desde que a remoção seja aprovada pela maioria absoluta do tribunal ou do CNJ.

b) A irredutibilidade de subsídios consiste na impossibilidade de redução do poder aquisitivo do subsídio do magistrado e não somente do seu valor nominal.

c) O magistrado, apesar da vitaliciedade, pode perder o cargo por decisão administrativa da maioria absoluta do tribunal ou do CNJ.

d) A aposentadoria dos magistrados seguirá regime jurídico diverso daquele aplicável aos servidores públicos em geral.

e) Aos juízes é permitido dedicar-se à atividade político-partidária e exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

49. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão do Poder Judiciário, é formado por membros do poder judiciário, do ministério público, advogados e cidadãos. Assinale a alternativa que contempla corretamente um ou alguns dos seus membros:

a) Dois cidadãos comuns indicados pelos Tribunais de Justiça Estaduais.

b) Um juiz de Tribunal Regional Eleitoral, indicado pelo Senado Federal.

c) Um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

d) Dois promotores estaduais indicados pelos Governadores de Estado.

e) Um defensor público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República.

50. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre as funções essenciais à Justiça:

a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

b) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.

c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.

d) É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

51. A respeito da Segurança Pública e sua organização, assinale a alternativa incorreta:

a) A Polícia Federal destina-se a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

b) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

c) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto dos militares.

d) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

e) O Governo Federal é o responsável pela criação da guarda municipal para a proteção de bens, serviços e instalações.

52. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no capítulo que trata sobre as Forças Armadas, assinale a alternativa correta.

a) Ao militar, não é proibida a sindicalização e a greve.

b) Lei ordinária estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

c) Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.

d) O militar da ativa que tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, será transferido para a reserva.

e) O militar, enquanto em serviço ativo, pode estar filiado a partidos políticos.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

53. Quanto ao conceito de Direitos Humanos dentro dos aspectos da Teoria Geral dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

a) São normas estabelecidas exclusivamente por cada Estado, sem influência de tratados internacionais, e podem ser revogadas conforme a vontade política do governo vigente.

b) São direitos fundamentais aplicáveis somente a cidadãos nacionais, sem reconhecimento para estrangeiros.

c) Correspondem a um conjunto de direitos universais, indivisíveis e interdependentes, reconhecidos internacionalmente, com o objetivo de garantir a dignidade da pessoa humana.

d) Representam privilégios concedidos pelo Estado a determinados grupos sociais historicamente excluídos, podendo ser retirados conforme mudanças legislativas internas.

e) São direitos apenas de caráter político e civil, sem relevância para questões sociais, econômicas ou culturais.

54. Durante uma investigação policial, um agente utiliza violência física para forçar um suspeito a confessar um crime. O suspeito, além de estar sob custódia, não oferecia resistência. Sobre a situação descrita e com base na legislação vigente, assinale a alternativa CORRETA:

a) A conduta configura abuso de autoridade, mas não se enquadra como tortura, pois não houve intenção de causar sofrimento.

b) O crime de tortura somente se configura se houver motivação racial, religiosa ou política.

c) A pena será agravada se a vítima for uma pessoa com deficiência ou se o autor for agente público.

d) O agente que presencia esse tipo de conduta, mas se omite, não responde penalmente, salvo se for o superior hierárquico direto.

e) A pena de reclusão para o crime de tortura varia de quatro a dez anos, independentemente da gravidade da lesão causada.

55. Sobre a população em situação de rua e as diretrizes que orientam as políticas públicas voltadas a esse grupo, assinale a alternativa **correta**:

a) A abordagem da população em situação de rua deve priorizar a institucionalização prolongada, visando a afastá-los permanentemente das vias públicas.

b) O recolhimento compulsório de pessoas em situação de rua é uma medida amplamente aceita e compatível com os princípios dos direitos humanos.

c) As políticas públicas para a população em situação de rua devem ser pautadas pela intersetorialidade, pelo respeito à dignidade da pessoa humana e pela escuta qualificada.

d) A população em situação de rua é composta exclusivamente por pessoas com dependência química e transtornos mentais graves.

e) A Constituição Federal não reconhece a população em situação de rua como sujeito de direitos sociais.

56. Após a EC 45/2004 os Tratados Internacionais de Direitos Humanos podem ser incorporados ao ordenamento jurídico pátrio com status constitucional. Sobre o tema, assinale a correta:

a) Todos os tratados internacionais de direitos humanos, após a publicação da Emenda Constitucional, terão status constitucional.

b) O STF reconheceu que os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos não aprovados na forma prevista na CF, mas já incorporados ao direito pátrio, têm natureza supralegal.

c) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

d) O controle de constitucionalidade pode ser definido como a confrontação, para fins de compatibilização, entre as normas produzidas no âmbito interno e os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que tenham sido incorporados ao direito brasileiro.

e) Somente tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados após a EC 45 terão status de norma supralegal.

57. De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), assinale a alternativa correta**:**

a) A lei se aplica exclusivamente a mulheres casadas e em união estável, excluindo relações de namoro e relações familiares não conjugais.

b) As medidas protetivas de urgência só podem ser determinadas após audiência de instrução e julgamento.

c) A violência patrimonial não é reconhecida como forma de violência doméstica pela Lei Maria da Penha.

d) A lei admite a responsabilização criminal do agressor independentemente da vontade da vítima, especialmente nos casos em que há risco à sua integridade.

e) O descumprimento de medidas protetivas não gera consequências criminais, pois são meramente orientativas.

58. Marilúcia foi privada de seus documentos pessoais e cartões de crédito por seu marido, para que a mesma não saísse de casa sem ele. Nesta situação hipotética, a atitude de privar dos documentos e cartões de crédito é conceituada, conforme a Lei 11.340/2006, como uma violência:

a) Moral

b) Patrimonial

c) Física

d) Psicológica

e) Não é violência o controle de bens da esposa pelo marido

59. O Decreto 7.037/2009 aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos, prevendo como eixos orientadores, exceto:

a) Interação democrática entre Estado e sociedade civil.

b) Desenvolvimento e Direitos Humanos.

c) Universalizar direitos em um contexto de desigualdades.

d) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência.

e) Universalizar Direitos Sociais.

60. No que tange o Direito Internacional e os Direitos Humanos, julgue as assertivas:

I- A Internacionalização dos Direitos Humanos ganha força com o fim da segunda guerra mundial.

II - Em resposta as violações de Direitos Humanos que ocorreram com o regime nazista, a DUDH trouxe a internacionalização dos Direitos Humanos como objetivo central.

III – Os sistemas de proteção de Direitos Humanos, em âmbito internacional e interno, são solidários entre si.

IV - São características dos Direitos Humanos a universalidade, a irrenunciabilidade, a imprescritibilidade e a indivisibilidade.

Estão corretas:

a) I, II e III.

b) I, II e IV.

c) I e IV.

d) II, III e IV.

e) Todas estão corretas.

61. O PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos – prevê eixos, diretrizes, objetivos e ações para a efetivação dos direitos humanos em nosso país. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

I- É diretriz do Eixo Orientador I a interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa.

II - Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos, e a valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento são diretrizes previstas no PNDH-3.

III - É um Eixo Orientador a Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência.

Estão corretas:

a) I e II.

b) II e III.

c) I e III.

d) Todas estão corretas.

e) Todas estão incorretas.

62. A Lei 12.288/2010 institui o Estatuto da Igualdade Racial. Sobre a lei, analise os conceitos e assinale a alternativa correta:

I - Discriminação racial ou étnico-racial é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

II – Desigualdade de gênero é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

III - ações afirmativas são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

a) I e III

b) I

c) II e III

d) Todas são corretas.

e) Todas são incorretas.

DIREITO PENAL MILITAR

Murilo Marques

63. Quanto à Aplicação da Lei Penal Militar, assinale a alternativa incorreta:

a) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

b) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

c) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

d) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, desde que o agente não esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

e) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

64. Quanto ao Crime, previsto no CPM, assinale a alternativa correta:

a) O resultado de que depende a existência do crime é imputável a quem lhe deu causa ou não. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

b) A omissão é relevante como causa quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem tenha por lei ou por obrigação moral o dever de cuidado, proteção ou vigilância; a quem, de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; e a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco de sua superveniência.

c) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

d) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde pelos atos já praticados e pelos que pretendia praticar.

e) No erro de fato, terá a pena reduzida quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima.

65. Quanto ao concurso de agentes, previsto no CPM, assinale a alternativa incorreta:

a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas.

b) A punibilidade de qualquer dos concorrentes depende da dos demais.

c) A pena é agravada em relação ao agente que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.

d) Na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação.

e) Quando o crime é cometido por inferiores hierárquicos e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os inferiores hierárquicos que exercem função de oficial.

66. Sobre as penas principais, assinale a alternativa correta:

a) São penas principais previstas no CPM, a morte, a reclusão, a detenção, a prisão, o impedimento, a suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função e a reforma.

b) A pena de morte será executada por enforcamento.

c) A sentença definitiva de condenação à morte é comunicada, logo que passe em julgado, ao Presidente da República, e não pode ser executada senão depois de cinco dias após a comunicação.

d) A pena privativa da liberdade por mais de 2 (dois) anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar e, na falta dessa, em estabelecimento prisional civil, ficando o recluso ou detento sujeito ao regime conforme a legislação penal comum, de cujos benefícios e concessões, também, poderá gozar.

e) Como regra, o civil cumpre a pena aplicada pela Justiça Militar em estabelecimento prisional militar.

67. Quanto à aplicação da pena prevista no CPM, assinale a alternativa incorreta:

a) A reincidência, quando não integrante ou qualificadora do crime, agrava a pena.

b) O civil que cometer crime em estado de embriaguez sempre terá sua pena agravada, sendo a embriaguez preordenada ou não.

c) Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior.

d) Ser o agente menor de 21 anos ou maior de 70 anos é uma circunstância que sempre atenua a pena.

e) Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o *quantum* , deve o juiz fixá-lo entre um quinto e um terço, guardados os limites da pena cominada ao crime.

68. Quanto ao livramento condicional previsto no CPM, assinale a alternativa correta:

a) O condenado à pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, desde que tenha cumprido um terço da pena, se primário.

b) Para o benefício do livramento condicional, no caso de condenação por infrações penais em concurso, deve ter-se em conta a pena de cada delito em sua individualidade.

c) Se o condenado é primário e menor de vinte e um ou maior de setenta anos, o tempo de cumprimento da pena pode ser reduzido a um terço para fins de livramento condicional.

d) A sentença não precisa especificar as condições a que fica subordinado o livramento.

e) Não é obrigatória a revogação do livramento condicional em caso de cometimento de infração penal no curso do benefício.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

69. Um policial militar praticou dois crimes em concurso: o primeiro foi o crime de motim e o segundo, o de violência contra superior. De acordo com a teoria clássica e com a teoria do Direito Penal Comum, são, respectivamente, crimes:

a) propriamente militar e propriamente militar.

b) propriamente militar e impropriamente militar.

c) impropriamente militar e propriamente militar.

d) impropriamente militar e impropriamente militar.

e) crime militar por extensão e crime militar por extensão.

70. Um militar das Forças Armadas praticou um crime de homicídio doloso contra a vida de um civil, fora das hipóteses do art. 9º, §2º do CPM. Nessa situação hipotética, será competente para julgar esse crime o (a):

a) Justiça Militar da União.

b) Tribunal do Júri.

c) Superior Tribunal Militar.

d) Justiça Militar Estadual.

e) Superior Tribunal de Justiça.

71. Sobre os crimes contra a autoridade ou a disciplina militar, assinale a afirmativa incorreta.

a) O crime de motim não pode ser cometido por civil.

b) A diferença entre motim e revolta é que, no crime de revolta, os agentes estão armados.

c) É crime militar usar, indevidamente, uniforme, distintivo ou insígnia a que o militar não tenha direito.

d) Desrespeitar superior diante de outro militar é conduta considerada transgressão disciplinar, punida administrativamente, o que exclui a incidência da esfera penal.

e) O crime de violência contra superior é um crime próprio.

72. De acordo com o Código Penal Militar, são qualificadoras no homicídio se este é cometido, exceto:

a) com emprego de veneno, asfixia, tortura, fogo, explosivo, ou qualquer outro meio dissimulado ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.

b) a traição, de emboscada, com surpresa ou mediante outro recurso insidioso, que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima.

c) para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.

d) prevalecendo-se o agente da situação de serviço.

e) a premeditação.

73. A ofensa à dignidade ou ao decoro são elementos que se fazem presentes expressamente no crime militar de:

a) desacato a funcionário.

b) ingresso clandestino.

c) desacato a superior.

d) desobediência.

e) recusa de obediência.

74. É correto afirmar que o militar em serviço ou atuando em razão da função, que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, cometerá o crime de:

a) corrupção ativa.

b) prevaricação.

c) corrupção passiva.

d) concussão

e) patrocínio indébito

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

75. Sobre a aplicação da lei penal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O princípio da legalidade veda a criação de crimes por meio de medida provisória, ainda que posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional.

b) As leis penais temporárias, após expirado seu prazo de vigência, não mais se aplicam aos crimes praticados durante sua eficácia.

c) A lei penal mais benéfica retroage para alcançar fatos anteriores, mesmo quando já transitada em julgado a sentença condenatória.

d) O Código Penal adota a teoria da ubiquidade para determinação do lugar do crime, considerando tanto o local da ação quanto do resultado.

e) Nos crimes continuados, aplica-se a lei mais grave se sua vigência tiver início antes da cessação da continuidade delitiva.

76. A respeito da lei penal no tempo, é correto afirmar que:

a) O estudo da lei penal no tempo abrange o princípio da continuidade das leis, uma vez que pode haver sucessão de normas em decorrência de inovações legislativas. No entanto, essa característica não se aplica às chamadas leis irrevogáveis.

b) O desuso pode levar à revogação de uma lei penal em situações excepcionais.

c) Decisões do Judiciário podem resultar na revogação de leis, desde que emitidas pelo STF em controle concentrado.

d) Em determinadas circunstâncias, os costumes podem resultar na revogação de tipos penais.

e) O conflito entre leis penais ao longo do tempo é resolvido pelo que se denomina Direito Penal Intertemporal.

77. Se um agente público brasileiro, que estava a serviço de uma embaixada brasileira na Suíça, cometer um crime contra a União, qual será a hipótese de aplicação da lei penal?

a) Extraterritorialidade incondicionada.

b) Extraterritorialidade condicionada.

c) Extraterritorialidade hipercondicionada.

d) Territorialidade por assimilação.

e) Territorialidade.

78. Considere a seguinte situação hipotética. Em 25 de abril de 2022, entrou em vigor uma lei temporária que vigoraria até o dia 22 de abril de 2023, a qual se preceituou que o aborto culposo não seria crime. Assim sendo, Maria Eduarda pratica o aborto no dia 20 de fevereiro de 2023, mas somente veio a ser denunciada no dia 03 de maio de 2023. Na situação hipotética,

a) não se aplica a lei temporária, mas sim a lei em vigor ao tempo da denúncia, diante do princípio da ultra-atividade.

b) deverá ser aplicada a lei de quando Maria Eduarda praticou o fato, em razão da ultra-atividade da norma.

c) não poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.

d) poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.

e) não poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.

79. Júlia e Gustavo casaram-se em 25/01/2001. Gustavo era um jovem que gostava de sair com os amigos para beber às sextas-feiras, mas deixava Júlia sempre sozinha. Júlia não se importava que seu marido saísse com os amigos, mas em 15/04/2003, recebeu um torpedo de um número desconhecido com os seguintes dizeres: “Gustavo tem um relacionamento extraconjugal com Isabella. Todas as sextas-feiras eles se encontram no Bar da Onça. Fique esperta.” Após receber referida mensagem, Júlia foi atrás de Gustavo e de fato a mensagem era verdadeira. Por causa disso, Gustavo foi processado e condenado no ano de 2004 pelo crime de adultério, tipificado, na data dos fatos, no artigo 240 do CP. Contudo, o crime deixa de existir no ano de 2005, quando Gustavo já tinha, inclusive, cumprido a pena pelo crime, a qual foi julgada extinta. Nesse caso,

a) nada poderá ser arguido, pois mesmo se tratando de uma norma benéfica, Gustavo já cumpriu a pena.

b) muito embora a norma seja benéfica, devendo retroagir, não poderá ser aplicado “abolitio criminis”, diante do trânsito em julgado da decisão.

c) a lei não retroagirá, não podendo alcançar fatos anteriores.

d) a lei retroagirá, pois em caso de abolitio criminis, a norma benéfica deve retroagir, pois afasta os efeitos penais.

e) não há causa extintiva da punibilidade pelo “abolitio criminis”, pois quando um fato deixa de ser considerado crime, só poderá retroagir até a sentença condenatória.

80. Em 2022, João foi condenado por um crime de fraude cometido em 2021, quando estava em vigor uma legislação que estabelecia pena de 2 a 5 anos de reclusão. Entretanto, em 2023, após o trânsito em julgado da decisão, uma nova norma entrou em vigor, reduzindo a pena para 1 a 3 anos de reclusão. O juiz, ao revisar o caso, optou por aplicar a nova norma, que é mais favorável, mesmo após a condenação.

Considerando a situação descrita, assinale a alternativa correta:

a) A nova norma não pode ser aplicada, pois a sentença já foi proferida de acordo com a legislação anterior.

b) A nova norma pode ser aplicada, pois a sucessão de leis penais no tempo favorece o réu quando a legislação posterior é mais benéfica.

c) A nova norma não pode ser aplicada, pois a ultratividade se aplica apenas a leis mais severas.

d) A nova norma pode ser aplicada, uma vez que se trata da ultratividade de uma lei mais favorável.

e) A nova norma não pode ser aplicada, pois o princípio da irretroatividade da lei penal impede a revisão de sentenças já decididas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

81. Dois inquéritos policiais tramitam simultaneamente: no primeiro, que apura a prática de crime de competência da Justiça Federal, o indiciado se encontra preso; já no segundo, que apura a prática de um crime de estupro, de competência da Justiça Estadual, o indiciado se encontra solto. Nesse caso, os inquéritos deverão se encerrar em:

a) 30 dias, em ambos os casos

b) 10 dias, em ambos os casos

c) 10 dias e 90 dias, respectivamente.

d) 10 dias e 30 dias, respectivamente.

e) 15 dias e 30 dias, respectivamente.

82. Acerca do inquérito policial, nos termos expressamente previstos no CPP, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após sua liberação pelos peritos criminais.

b) A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos do inquérito ao Ministério Público.

c) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

d) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para novas diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

e) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, desde que haja notícia da existência de novas provas.

83. Jonathan foi preso em flagrante por policiais da PMCE logo após ter subtraído o aparelho celular de um pedestre no centro da cidade de Fortaleza-CE, tendo sido conduzido à presença da autoridade policial local pela suposta prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa).

Nesse caso:

a) deverá o delegado comunicar imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontre apenas ao Juiz competente, que designará audiência de custódia.

b) Não será cabível a decretação de prisão preventiva pelo Juiz, ainda que Jonathan seja reincidente em crime doloso.

c) deverá o delegado, em 24h, remeter o auto de prisão em flagrante ao Juiz competente e, caso o preso não indique advogado, cópia para a defensoria pública.

d) A falta de testemunhas da infração não impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante. Porém, nesse caso, junto com o condutor, deverão assinar o APF pelo menos três pessoas que tenham testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

e) a fiança somente poderá ser arbitrada pela autoridade judiciária, por se tratar de crime doloso.

84. Relativamente ao habeas corpus, assinale a alternativa correta:

a) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este será extinto

b) A petição de habeas corpus conterá o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer violência ou coação, não sendo necessário o nome de quem exerce a violência, coação ou ameaça

c) Os juízes e os tribunais não têm competência para conceder, de ofício, a ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal

d) Pessoa jurídica não pode impetrar habeas corpus

e) Ordenada a soltura do paciente em virtude de habeas corpus, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação

85. Álvaro é réu em processo criminal pela prática do crime de extorsão (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa); Ronaldo é investigado em inquérito policial pela prática do crime de estupro de vulnerável (pena: reclusão de 08 a 15 anos); e Sérgio é investigado em inquérito policial pela prática do crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa).

Presentes os demais requisitos, será cabível a decretação de prisão temporária (Lei 7.960/89) APENAS em desfavor de:

a) Ronaldo

b) Álvaro e Ronaldo

c) Ronaldo e Sérgio

d) Álvaro e Sérgio

e) Álvaro, Ronaldo e Sérgio

86. Acerca da fiança, assinale a alternativa correta:

a) A autoridade policial somente poderá arbitrar fiança no caso de infração penal cuja pena mínima seja inferior a 04 anos de privação da liberdade

b) A fiança deverá ser cassada, caso tenha sido tomada, por engano, em valor insuficiente

c) A fiança poderá ser prestada por meio de depósito de pedras, objetos ou metais preciosos, bem como títulos da dívida pública, federal, estadual ou municipal

d) Em caso de prática, pelo afiançado, de nova infração penal dolosa, considerar-se-á cassada a fiança

e) Não se admitirá fiança quando se tratar de crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa

CRIMINOLOGIA

Alexandre Herculano

87. Segundo a perspectiva sociológica de Émile Durkheim sobre o crime como fato social, é CORRETO afirmar que:

a) O crime é sempre uma patologia social que deve ser completamente eliminada da sociedade.

b) O crime é um fenômeno normal e funcional que contribui para a coesão social e mudança social.

c) O crime resulta exclusivamente de fatores biológicos e psicológicos individuais.

d) O crime só existe em sociedades primitivas e tende a desaparecer com o desenvolvimento.

e) O crime é produto apenas da desigualdade econômica e pode ser eliminado com redistribuição de renda.

88. No sistema de justiça criminal brasileiro, qual das seguintes afirmações melhor descreve a função específica do Ministério Público no controle da criminalidade?

a) Executar as penas privativas de liberdade e medidas socioeducativas.

b) Investigar crimes e realizar o inquérito policial para apuração dos fatos.

c) Exercer o controle externo da atividade policial e promover a ação penal pública.

d) Julgar os processos criminais e aplicar as sanções penais cabíveis.

e) Defender os interesses dos réus e garantir o contraditório nos processos.

89. Segundo a tipologia criminológica clássica, um indivíduo que comete crimes de forma sistemática, com planejamento e organização, visando lucro e fazendo da atividade criminosa seu meio de vida, é classificado como:

a) Criminoso nato, conforme a teoria de Cesare Lombroso.

b) Criminoso ocasional, que age por oportunidade circunstancial.

c) Criminoso habitual ou profissional, que adota o crime como atividade regular.

d) Criminoso passional, movido por emoções intensas e momentâneas.

e) Criminoso alienado, portador de transtorno mental que compromete a imputabilidade.

90. No contexto da criminologia, a delinquência juvenil apresenta características específicas que a distinguem da criminalidade adulta. Qual das alternativas abaixo melhor representa os fatores criminógenos mais relevantes para a criminalidade juvenil?

a) Apenas fatores genéticos e hereditários determinam o comportamento delinquente juvenil.

b) A delinquência juvenil resulta exclusivamente da pobreza e falta de recursos materiais.

c) Fatores multifatoriais incluindo família desestruturada, escola inadequada, grupo de pares e contexto social.

d) Somente a influência da mídia e jogos violentos causam comportamento criminoso em jovens.

e) A delinquência juvenil é sempre transitória e desaparece naturalmente com a maturidade.

91. Segundo os estudos criminológicos contemporâneos sobre a criminalidade feminina, qual das seguintes tendências tem sido observada nas últimas décadas?

a) Diminuição absoluta da participação feminina em todos os tipos de crime.

b) Aumento da participação feminina em crimes tradicionalmente masculinos como tráfico de drogas e crimes econômicos.

c) Concentração exclusiva da criminalidade feminina em crimes contra a pessoa por motivos passionais.

d) Equiparação total entre os padrões de criminalidade masculina e feminina em todos os aspectos.

e) Redução da criminalidade feminina apenas em crimes relacionados ao uso de drogas.

92. Segundo a classificação criminológica das estratégias de prevenção criminal, a prevenção primária caracteriza-se por:

a) Atuar sobre indivíduos já identificados como de alto risco criminal através de programas específicos.

b) Intervir no ambiente físico e social para reduzir oportunidades criminosas antes que o crime ocorra.

c) Aplicar sanções penais adequadas para evitar a reincidência de criminosos condenados.

d) Focar exclusivamente no sistema penitenciário para ressocialização de detentos.

e) Concentrar esforços apenas no policiamento ostensivo e repressão criminal.

93. Segundo a doutrina criminológica, qual das seguintes características é considerada essencial para definir uma organização criminosa?

a) Número mínimo de 10 integrantes com hierarquia militar rígida.

b) Atuação exclusiva no tráfico internacional de entorpecentes.

c) Estrutura hierárquica, divisão de tarefas, permanência temporal e finalidade lucrativa.

d) Origem necessariamente estrangeira com ramificações internacionais.

e) Controle territorial absoluto com substituição do poder estatal.

94. No contexto criminológico atual, o narcotráfico como fenômeno de massa apresenta qual das seguintes características mais significativas para a segurança pública?

a) Impacto limitado apenas às áreas urbanas periféricas sem afetar outras regiões.

b) Estrutura simples baseada apenas na relação direta entre produtor e consumidor final.

c) Capacidade de corrupção institucional e desestabilização do sistema de justiça criminal.

d) Atuação isolada sem conexões com outras modalidades criminosas.

e) Efeitos restritos apenas ao âmbito da saúde pública sem implicações criminais.

SEGURANÇA PÚBLICA

Alexandre Herculano

95. De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, são órgãos responsáveis pela segurança pública no Brasil, EXCETO:

a) Polícia Federal

b) Polícia Rodoviária Federal

c) Polícia Ferroviária Federal

d) Guardas Municipais

e) Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)

96. Sobre o enfrentamento do crime organizado e da corrupção policial no Brasil, analise as afirmativas abaixo:

I - A Lei nº 12.850/2013 define organização criminosa como a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com objetivo de obter vantagem mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos.

II - A colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/2013, é um meio de obtenção de prova que só pode ser utilizada em casos de crime organizado.

III - Quando há indícios de participação policial em crimes relacionados a organizações criminosas, a Corregedoria de Polícia deve instaurar inquérito policial e comunicar ao Ministério Público, que designará membro para acompanhar o feito.

IV - O condenado por integrar organização criminosa não poderá progredir de regime de cumprimento de pena se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo.

Estão corretas:

a) Apenas I e II

b) Apenas I e III

c) Apenas II e IV

d) Apenas I, III e IV

e) I, II, III e IV

97. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), instituído pela Lei nº 11.530/2007 e alterado pela Lei nº 11.707/2008, tem como diretrizes:

a) Centralização das ações de segurança pública no governo federal, com exclusão da participação dos estados e municípios.

b) Foco exclusivo na repressão ao crime, sem atenção às políticas sociais e preventivas.

c) Promoção dos direitos humanos e combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural.

d) Priorização do encarceramento em massa como principal estratégia de combate à criminalidade.

e) Militarização das polícias e distanciamento entre forças de segurança e comunidade.

98. Sobre a valorização dos espaços públicos, redes sociais e comunitárias e Direitos Humanos no contexto da segurança pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A recuperação dos espaços públicos por meio de medidas de urbanização é uma das diretrizes do PRONASCI.

b) O fortalecimento de redes sociais e comunitárias contribui para a prevenção da violência e promoção da segurança pública.

c) O combate aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural está previsto nas diretrizes do PRONASCI.

d) A participação da comunidade na segurança pública é incompatível com o modelo constitucional brasileiro, que atribui essa função exclusivamente aos órgãos estatais.

e) O desarmamento é uma política pública que se alinha à promoção de uma cultura de paz e à redução da violência.

99. A garantia do acesso à Justiça no contexto da segurança pública está relacionada a:

a) Restringir o acesso ao Poder Judiciário apenas aos casos de maior gravidade, para evitar a sobrecarga do sistema.

b) Garantir o acesso à justiça exclusivamente por meio da Defensoria Pública, excluindo outras formas de assistência jurídica.

c) Priorizar o acesso à justiça apenas para vítimas de crimes violentos, em detrimento de outros tipos de infrações.

d) Garantir o acesso à justiça especialmente nos territórios vulneráveis, conforme previsto nas diretrizes do PRONASCI.

e) Centralizar os serviços de justiça nas capitais e grandes centros urbanos, onde há maior demanda.

100. Sobre a participação da sociedade civil na segurança pública, analise as afirmativas abaixo:

I - A Constituição Federal estabelece que a segurança pública é responsabilidade exclusiva do Estado, não cabendo qualquer forma de participação da sociedade civil.

II - O PRONASCI prevê expressamente a garantia da participação da sociedade civil como uma de suas diretrizes.

III - Os Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) são exemplos de mecanismos de participação da sociedade civil na política de segurança pública.

IV - A participação da sociedade civil na segurança pública limitase à denúncia de crimes, não podendo interferir no planejamento e execução de políticas públicas da área.

Estão corretas:

a) Apenas I e II

b) Apenas II e III

c) Apenas III e IV

d) Apenas I, III e IV

e) I, II, III e IV

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0